

BOLETIM DE CONJUNTURA

FEVEREIRO 2026

115

ÍNDICE

Mercado Ambulatório	pág.3
Encargos do SNS com Medicamentos	pág.6
Dívida das entidades públicas à IF	pág.7
Actividade Assistencial do SNS 2025	pág.8
Execução Orçamental do SNS	pág.9
Conjuntura Macroeconómica	pág.10
Conjuntura Legislativa e Regulamentar	pág.11
Estudos e Publicações	pág.12

Mercado Ambulatório

MERCADO FARMÁCIAS (PVA) – YTD 2026 (Fev.)

De acordo com os dados da IQVIA, em fevereiro de 2026, o mercado farmacêutico ambulatório registou vendas de 243,4 M€, resultado da dispensa de 23,6 milhões de embalagens, mantendo a dinâmica já registada no mês anterior de aumento homólogo do valor, mas diminuição do volume.

No acumulado de 2026, as vendas totalizam 518,1 M€, +9,3% que em igual período de 2025, e 51,4 milhões de embalagens, -2,4%. O PVA médio unitário foi de 10,07€, +11,9% em termos homólogos.

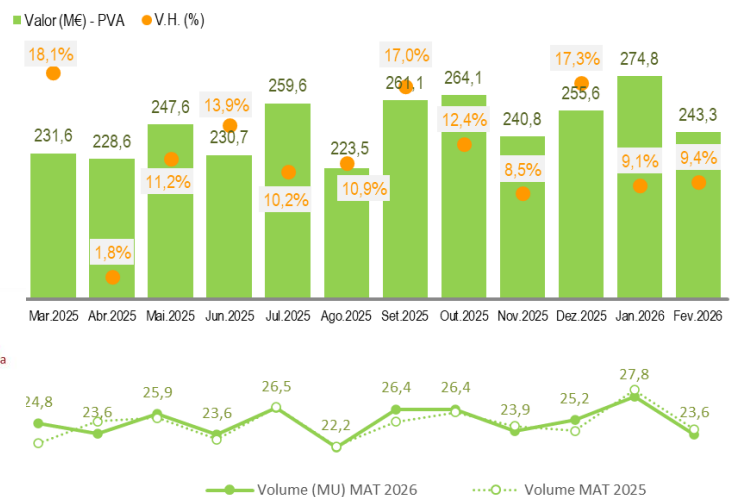
A dinâmica de crescimento em valor foi impulsionada pelos medicamentos de marca, com ou sem genéricos, já que o segmento dos medicamentos genéricos (MG), registou um decréscimo de -2,7%. Em termos de volume, todos os segmentos registaram contração nas vendas.

Em termos de classes terapêuticas, o Top 7, em valor,

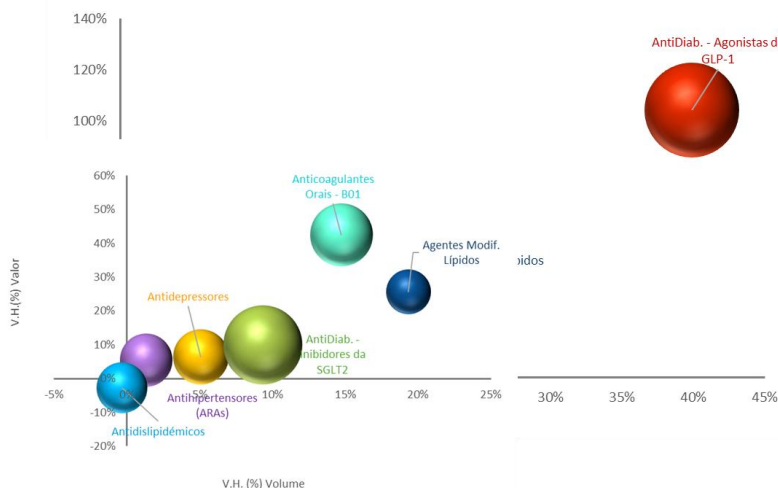
Mercado Ambulatório (PVA)	Fev. 2026	V.H. (%)	YTD 2026	V.H. (%)
M. Valor (M€)	243,3	9,4%	518,1	9,3%
M. Volume (M. Emb.)	23,6	-2,3%	51,4	-2,4%
Preço médio unitário (€)	10,31	11,9%	10,07	11,9%
M. Comparticipado	180,2	4,4%	381,6	4,6%

representando 36,4% do mercado, inclui os medicamentos usados no tratamento das doenças crónicas mais comuns. A ocupar o 1º lugar está a classe dos antidiabéticos orais inibidores da SGLT2, com uma quota de 8,5%, seguida da classe Agonistas da GLP-1 com 8,2% e dos anticoagulantes orais com 5,4% de quota. Em termos de dinâmica, apenas a classe dos Antidislipidémicos registou redução homóloga das vendas, em valor e volume, as restantes classes registaram crescimentos homólogos, quer em valor, quer em volume.

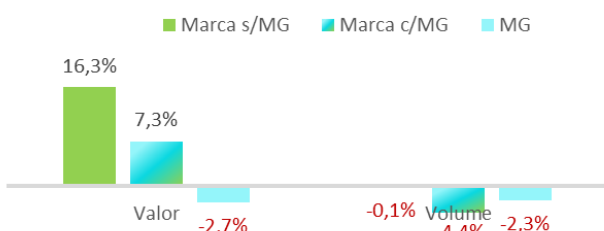
No acumulado a fevereiro, a classe terapêutica com maior crescimento absoluto em valor, com mais 21,6 M€ de vendas, foi a dos Agonistas da GLP-1. Já a classe que mais contraiu foi a das vacinas bacterianas, com menos 1,4 M€. Em termos de volume, a classe com maior crescimento absoluto foi a dos Reguladores lipídicos em associação, com a dispensa de mais 200 mil de embalagens, em sentido oposto, a classe com maior redução homóloga foi a dos Analgésicos não narcóticos, com dispensa de menos 442 mil embalagens.



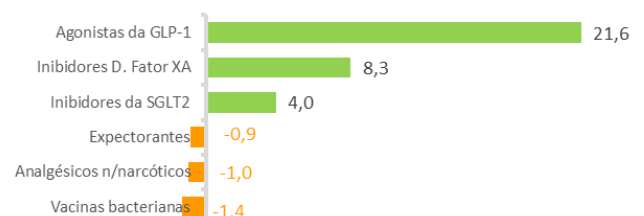
EVOLUÇÃO DO TOP 7 DAS CLASSES TERAPÊUTICAS - YTD 2026



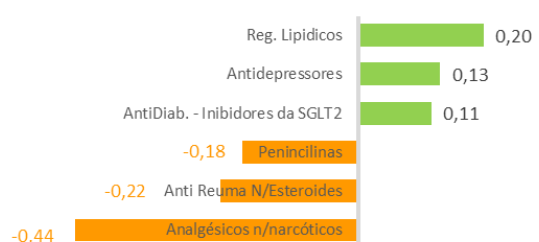
V.H. POR SEGMENTO DE MERCADO



YTD 2026 - TOP3 CLASSES TERAPÊUTICAS COM MAIORES VARIÇÕES HOMÓLOGAS EM VALOR (M€)



EM VOLUME (MILHÕES UNID.)



MERCADO GENÉRICO E CONCORRENCIAL (PVA) – YTD 2026 (Fev.)

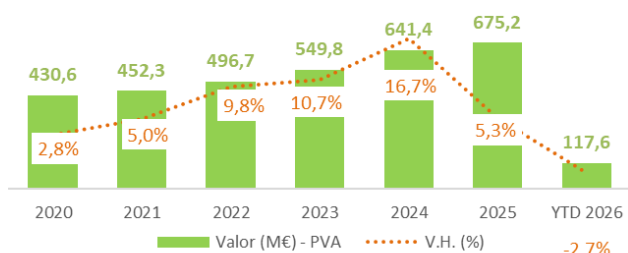
Em fevereiro de 2026, as vendas (a PVA) de medicamentos genéricos (MG) nas farmácias, mantiveram a dinâmica de redução homóloga, totalizando 54,8 M€, resultado da dispensa de 9 milhões de embalagens, a que correspondem variações homólogas de -3,2% em valor, e -3,0%, em volume.

No acumulado a Fevereiro, o segmento de MG totaliza vendas de 117,6 M€, -2,7% que em igual período de 2025, com a dispensa de 19,7 milhões de embalagens, -2,3%, a um PVA médio unitário de 5,98 €, -0,6% em termos homólogos.

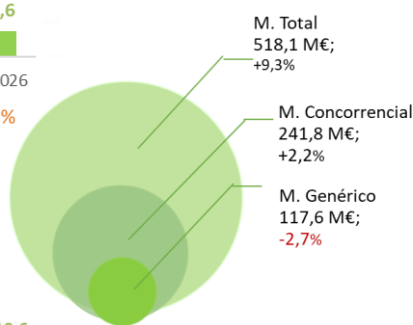
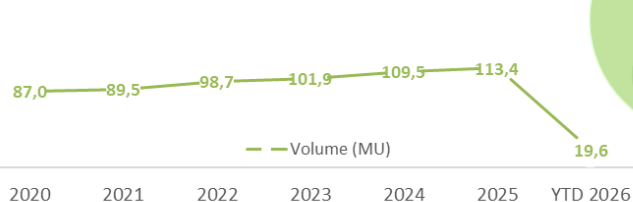
O mercado concorrencial, i.e., o mercado com grupos homogêneos, totalizou, no acumulado a fevereiro, vendas de 241,8 M€, com a dispensa de 36,3 milhões de embalagens, com variações homólogas de +2,2% em valor e -3,3% em volume. O PVA médio unitário deste mercado foi de 6,66 euros, +5,7% face a igual período de 2025.

Em termos de quota de mercado, os MG têm uma quota, em volume unitário, no mercado total de 35,4%, que sobe para os 50,6% no mercado concorrencial. Já o mercado concorrencial tem, no mercado total, uma quota de 69,9% em volume unitário e de 46,7% em valor, ou seja, o segmento dos medicamentos com concorrência de MG representa quase metade do valor do mercado de medicamentos no ambulatório.

MERCADO DE MG (VALOR)



MERCADO DE MG (VOLUME)



YTD 2026 (Fev)

V.H. (%)	Valor	Volume unitário
M. Concorrencial	2,2%	-3,6%
M. Genérico	-2,7%	-2,4%

Quota no M. Total (%)	Valor	Volume unitário
M. Concorrencial	46,7%	69,9%
M. Genérico	22,7%	35,4%

Fonte: Base de dados IQVIA, Análise NEA





MERCADO OTC (PVP) – YTD 2026 (Fev.)

De acordo com os dados do hMR, em fevereiro de 2026, o mercado OTC, no canal ambulatorio, manteve a dinâmica de decréscimo de vendas em termos homólogos, registando 39,6 M€ (valores a PVP), resultado da dispensa de 3,6 milhões de embalagens.

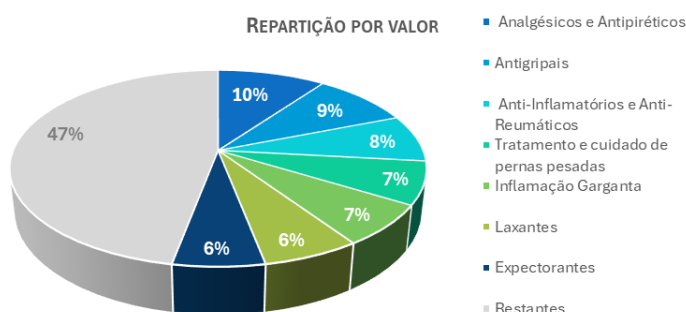
No acumulado de 2026, as vendas totalizam 89,2 M€ com a dispensa de 8,2 milhões de embalagens, a que correspondem variações homólogas de -4,6% em valor e -9,1% em volume.

O PVP médio foi de 10,84 euros, +5,0% em termos homólogos.

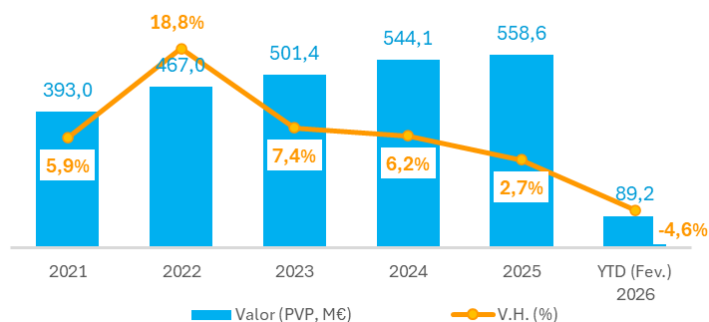
As vendas deste segmento de mercado representam 12,5% do valor total do mercado ambulatorio e 15,9% do volume.

MERCADO OTC VALOR (PVP)		2021	2022	2023	2024	2025	YTD (Fev.) 2026
Valor	M€	393,0	467,0	501,4	544,1	558,6	89,2
Mercado Ambulatorio de OTC	Tx.V.H. %	5,9%	18,8%	7,4%	6,2%	2,7%	-4,6%
Volume	M.	43,5	50,7	51,2	53,2	52,4	8,2
	Tx.V.H. %	1,4%	16,6%	1,1%	3,8%	-1,5%	-9,1%
Quota no M. Ambulatorio (valor)	%	12,7%	13,7%	14,0%	14,2%	13,2%	12,5%
PVP médio unitário	€	9,04	9,21	9,78	10,20	10,66	10,84

Fonte: Base de dados hmR, Análise NEA



MERCADO OTC EM VALOR



O top 7, em valor, representando 53% do mercado OTC (e 56,4% em volume) é ocupado pelas classes terapêuticas relacionadas com a gestão da dor, anti-inflamatórios e analgésicos, do tratamento das pernas pesadas, da gripe e constipações e laxantes. Com a exceção dos laxantes, as restantes classes registaram, em termos homólogos, redução do valor de vendas.

Encargos do SNS com Medicamentos

ENCARGOS NO AMBULATÓRIO – YTD (Jan.) 2026

De acordo com os dados de monitorização do CEFAR, os encargos do SNS com medicamentos vendidos em farmácia (a PVP), mantiveram, em janeiro de 2026, a dinâmica de crescimento registada nos meses anteriores, com vendas de 171,1 M€, +8,7%, resultado da dispensa de 17,9 milhões de embalagens, +1,4%.

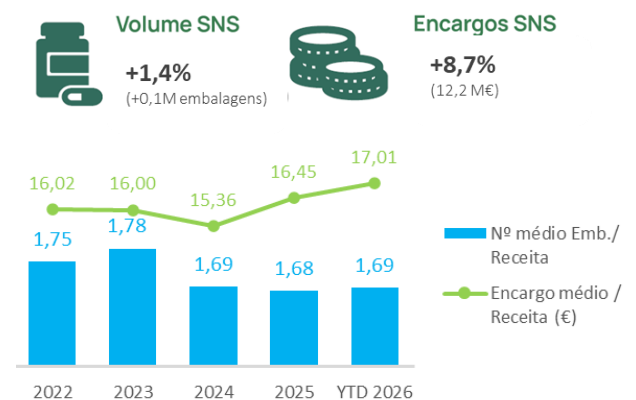
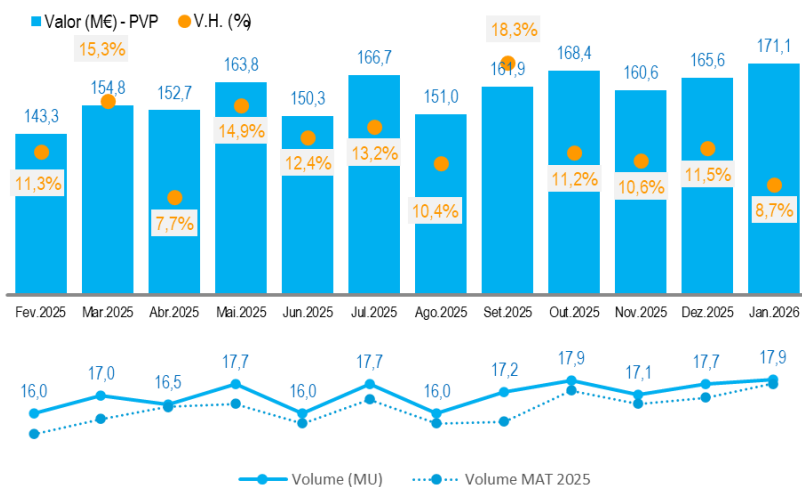
O PVP médio unitário do mercado do SNS foi de 14,18 euros, que equivale a uma variação homóloga de +4,2%.

A quota, em unidades, dos medicamentos genéricos no mercado participado foi de 50,1%, -1,8 p.p. face a janeiro de 2025.

Ainda de acordo com o CEFAR, em janeiro:

- O número médio de embalagens por receita médica foi de 1,69, correspondendo a uma redução homóloga de -0,6%;
- O encargo médio por receita foi de 17,01 €, +8,0% em relação a janeiro de 2025;
- A taxa média de comparticipação situou-se nos 67,2%, um aumento homólogo de +1,8 p.p..

Encargos SNS - YTD 2026	Valor	171,1 M€	V.H.: +8,7%
	Volume	17,9 milhões Emb.	V.H.: 1,4%



Fonte: INFARMED e CEFAR



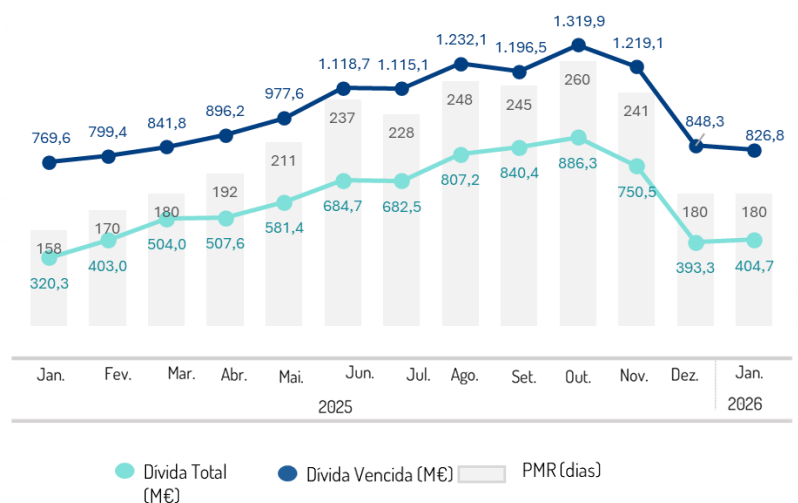
Dívida das Entidades Públicas à Indústria Farmacêutica

DÍVIDA a Jan.2026 – A monitorização realizada junto das empresas associadas, em janeiro de 2026, contabilizou uma dívida total de 826,8 M€. Face ao mês anterior, representa uma redução de -2,5%, ou -21,5 M€, ainda resultado do pagamento extraordinário realizado pelo Governo no final de 2025, e de pagamentos no âmbito do Acordo Governo-APIFARMA 2025.

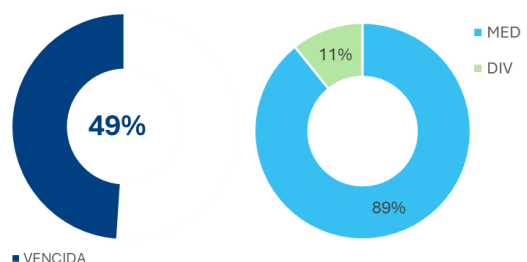
A dívida vencida voltou ao crescimento, aumentando face a dezembro +2,9%, ou seja, 11,4 M€, totalizando 404,7 M€, e representando 49% do valor total.

O prazo médio de recebimento manteve-se nos 180 dias, muito acima do disposto na Directiva dos Pagamentos e dos 30 dias estabelecidos no Acordo Governo-APIFARMA 2025.

A dívida às empresas de meios de diagnóstico *in vitro* (DiV), que representou 11% do total da dívida reportada, totalizou 89 M€, registando um aumento face ao mês anterior de +3,3%.



Antiguidade Por sector



Fonte: APIFARMA - empresas associadas (medicamentos e de DiV)

Atividade Assistencial do SNS 2025

Com base nos dados disponíveis no Portal da Transparência do SNS, analisou-se a atividade assistencial do SNS, quer nos cuidados de saúde primários, quer nos hospitais, no ano de 2025, tendo por referência o ano anterior, 2024.

No **ambiente hospitalar** verifica-se que a atividade em 2025 foi maior em termos de intervenções cirúrgicas e número de consultas, com variações homólogas de +1,6% e +2,3%, respetivamente, que se traduzem em mais 14 mil cirurgias e 323 mil consultas. Em contraciclo, o número de doentes saídos e o número de episódios de urgências diminuiu, -2,8% e -7,2%, respetivamente.

Nos **cuidados de saúde primários** assistiu-se, em 2025, a uma redução do número total de consultas médicas, -4,6% face a 2024, ou seja menos 1,6 milhões de consulta, dinâmica muito influenciada pela redução registada no mês de outubro. Já as consultas presenciais de enfermagem registaram um aumento homólogo de +3,3%, o que representa mais 575 mil consultas.

Em 2025 é assim de ressaltar a redução do número de episódios de urgências e o aumento das consultas hospitalares, consultas de maior especialização.



Cuidados Hospitalares

Nº DE INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS



904,3 mil

+1,6% V.H. (%)

Jan Feb Mar Abr. Mai. Jun. Jul. Ago. Set. Out. Nov. Dez.
● 2025 ○ 2024

Nº DE CONSULTAS NOS HOSPITAIS



14,3 milhões de Consultas

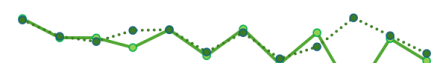
+2,3% V.H. (%)

Jan Feb Mar Abr. Mai. Jun. Jul. Ago. Set. Out. Nov. Dez.
● 2025 ○ 2024



Cuidados de Saúde Primários

Nº DE CONSULTAS MÉDICAS TOTAL



32,5 milhões de Consultas

-4,6% V.H. (%)

Jan Feb Mar Abr. Mai. Jun. Jul. Ago. Set. Out. Nov. Dez.
● 2025 ○ 2024

INTERNAMENTO HOSPITALAR



756,7 mil doentes

-2,8% V.H. (%)

Jan Feb Mar Abr. Mai. Jun. Jul. Ago. Set. Out. Nov. Dez.
● 2024 ○ 2023

EPISÓDIOS DE URGÊNCIAS



6,7 milhões

-7,2% V.H. (%)

Jan Feb Mar Abr. Mai. Jun. Jul. Ago. Set. Out. Nov. Dez.
● 2025 ○ 2024

Nº DE CONSULTAS DE ENFERMAGEM PRESENCIAIS



17,9 milhões de Consultas

+3,3% V.H. (%)

Jan Feb Mar Abr. Mai. Jun. Jul. Ago. Set. Out. Nov. Dez.
● 2024 ○ 2025

Fonte: Portal da Transparência SNS



Execução Orçamental do SNS - Jan.2026

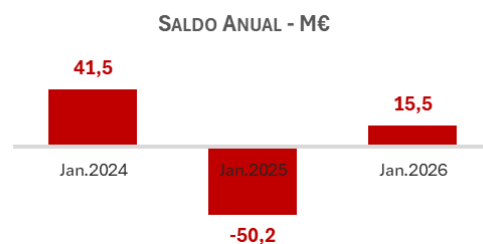
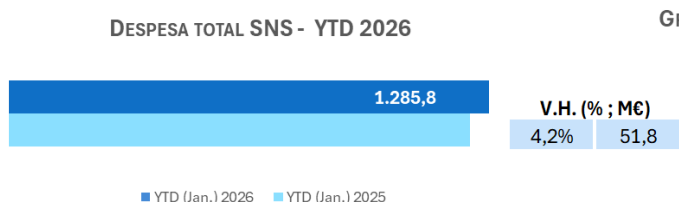
Em janeiro de 2026, a execução orçamental do SNS, totalizou uma despesa de 1.285,8 M€, correspondendo a um aumento homólogo de +4,2%, ou seja, mais 51,8 M€.

A execução acumulada representa 7,1% do valor orçamentado para o ano de 2026.

O valor de investimento cifrou-se em 4,5 M€, representando uma execução de 0,4% do valor orçamentado para 2026, e mais 28,6% que em igual período de 2025.

O saldo do SNS, cifra-se em 15,5 milhões de euros, uma melhoria de 65,7 milhões de euros face ao período homólogo, resultado do crescimento da receita em 9,9% superior ao crescimento da despesa de 4,2%.

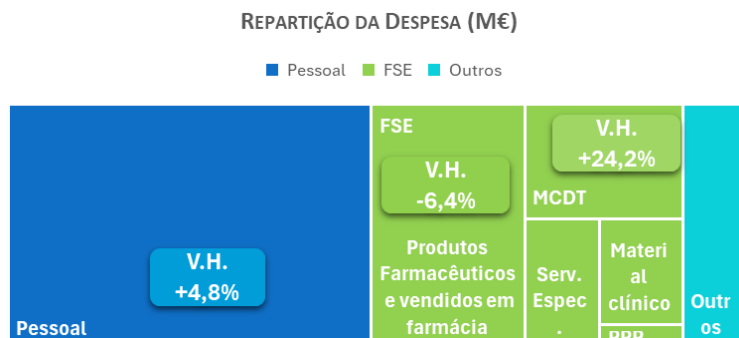
A receita é ,maioritariamente proveniente de transferências do Orçamento do Estado.



O crescimento da despesa teve como principal contributo o aumento das despesas com o pessoal, em +4,8% (+28,9 M€), e da outra despesa (+91%), cuja a evolução é resultado, em grande medida, do aumento das transferências de capital para os municípios no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), refletindo a descentralização dos cuidados de saúde.

Já os fornecimentos externos (FSE) aumentaram apenas +1,3% (7,8 M€), destacando-se a redução na despesa com os produtos farmacêuticos.

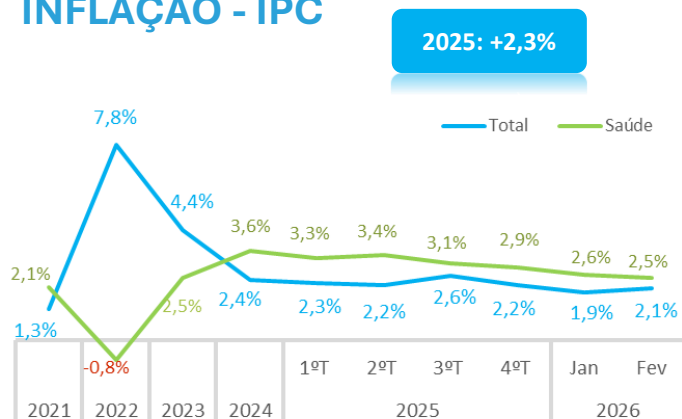
A despesa com Recursos humanos representa, no acumulado, 49% do total da despesa, e os produtos farmacêuticos e vendidos em farmácia 20,8%.



Fonte: Entidade Orçamental;

Conjuntura Macroeconómica

INFLAÇÃO - IPC

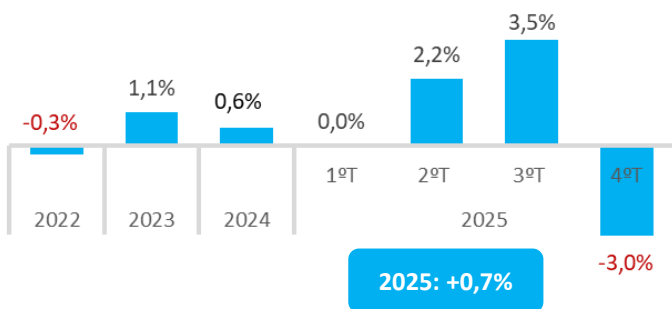


Inflação: De acordo com o INE, em fevereiro o IPC registado foi de 2,1%, taxa superior 0,2 p.p. à observada no mês anterior. O indicador de inflação subjacente registou uma variação de 1,9%.

Nas classes com maiores contribuições positivas para a variação homóloga do IPC, destacam-se a dos Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas e dos Restaurantes e hotéis. Em sentido contrário, as classes com contribuição negativa mais relevante foram a do Vestuário e calçado e da Informação e Comunicações.

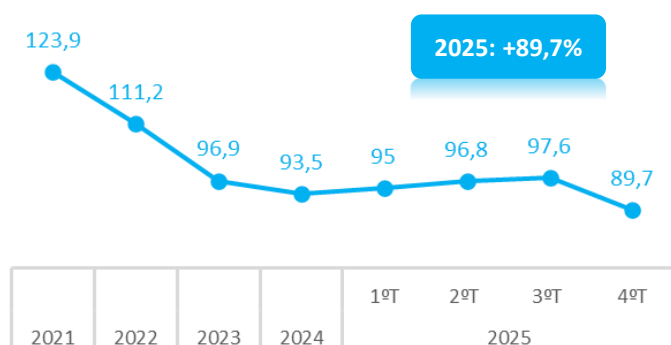
De acordo com a informação disponível do Eurostat, fevereiro de 2026, a taxa de inflação anual foi 1,9% para a Zona Euro e 2,1% para a UE27.

Défice Público



Saldo Orçamental: De acordo com os resultados provisórios divulgados pelo INE, as Administrações Públicas tiveram um saldo positivo de 2.058,6 milhões de euros em 2025, o que correspondeu a 0,7% do PIB (0,6% em 2024).

Dívida Pública



Dívida Pública: De acordo com o BdP, em 2025, a dívida pública ascendeu a 275,1 mil milhões de euros, mais 4,2 mil milhões de euros do que em 2024.

Em termos do PIB dívida pública registou uma descida de 3,8 p.p., passando para os 89,7%.

Fonte: INE e BdP

Conjuntura Legislativa e Regulamentar

LEGISLATIVA

Setor Convencionado

Foi publicado pelo Ministério da Saúde o [Despacho n.º 1573/2026](#) que estabelece novas disposições relativas ao setor convencionado do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e simplifica os procedimentos aplicáveis às alterações dos termos das convenções com o SNS.

Programas de Rastreio

A [Portaria n.º 99/2026/2](#), emitida pelo Ministério da Saúde, define o modelo de governação e funcionamento dos programas e estratégias nacionais de rastreio de base populacional.

REGULAMENTAR

Lista de medicamentos Comparticipados

Lista dos novos medicamentos comparticipados com início de comercialização a 1 de [Fevereiro](#) 2026, fornecida pelo INFARMED.

Lista de medicamentos cuja exportação é temporariamente suspensa

O INFARMED publicou a [Deliberação n.º 008/CD/2026](#), que actualiza a lista de medicamentos cuja exportação é temporariamente suspensa. Cerca de 60 medicamentos, entre os quais vacinas contra pneumonias e gastroenterites, assim como fármacos usados para tratamento da diabetes, transtornos depressivos e alguns corticoides estão proibidos temporariamente de serem exportados.



Estudos e Publicações

THE ECONOMIC IMPACT OF INDUSTRY CLINICAL TRIALS ACROSS EUROPE

Um novo [estudo](#) da Frontier Economics, publicado pela EFPIA, indica que 35 mil europeus poderão ter acesso a tratamentos médicos inovadores se a União Europeia aumentar em 11% o número de ensaios clínicos – um objectivo estabelecido pela Comissão Europeia, a Agência Europeia de Medicamentos (EMA) e os Chefes das Agências de Medicamentos (HMA).

Segundo a pesquisa, o cumprimento dessa meta poderá gerar um impacto económico adicional de €4 mil milhões por ano, criar 18 mil novos empregos e evitar três milhões de dias de baixa médica. Actualmente, os ensaios clínicos patrocinados pela indústria já geram €35,7 mil milhões anuais no Espaço Económico Europeu (EEE) e sustentam cerca de 165 mil empregos.

Após uma década de declínio — com a quota europeia de ensaios globais a cair de 22% em 2013 para 12% em 2023 —, o estudo destaca que acelerar o acesso a novos tratamentos pode reforçar os sistemas de saúde, aumentar a produtividade e beneficiar tanto os pacientes como a economia. Iniciativas recentes, como o EU Biotech Act e o ACT EU, são apontadas como passos importantes para restaurar a competitividade europeia na investigação clínica.

REGULAÇÃO FARMACÊUTICA EM CONTEXTO

INTERNACIONAL: IMPLICAÇÕES PARA O SNS –Elaborado no âmbito da Iniciativa para a Equidade Social (parceria entre a Fundação ‘la Caixa’, o BPI e a Nova SBE), o [documento](#), assinado pelos investigadores Pedro Pita Barros, Carolina Santos e Giovanni Righetti, analisa a forma como os preços dos medicamentos em Portugal não são uma questão meramente doméstica, e parte da experiência alemã para descascar este novelo. A Alemanha, recorde-se, introduziu em 2011 a reforma AMNOG, que tornou obrigatória a negociação de preços. Ora, o que se passa na Alemanha não fica por lá. Grande parte dos países europeus, incluindo Portugal, recorre ao chamado sistema de preço de referência externa (ERP), que significa, em termos simples, que o preço praticado num país pode ser usado como referência noutro. Significa que as decisões que cada país toma sobre preços listados, descontos confidenciais ou graus de transparência acabam por alterar os incentivos das farmacêuticas noutros mercados. Influenciam não apenas preços, mas também o *timing* dos lançamentos. Para o Serviço Nacional de Saúde, as implicações são concretas. Quando se decide sobre preços ou calendários de avaliação, não está em causa apenas a despesa pública imediata. Está também o momento em que os doentes portugueses terão acesso a novos tratamentos e a capacidade negocial do sistema público.

THE IMPACT OF AGEING ON THE FISCAL SUSTAINABILITY OF EU HEALTH CARE SYSTEMS: PROJECTIONS AND POLICY RESPONSES

A Direcção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros da Comissão Europeia divulgou a [publicação](#) que analisa os efeitos do envelhecimento esperado da população na despesa pública com cuidados de saúde, na UE, discute as diferentes opções políticas e, por último, descreve as actividades da Comissão Europeia neste domínio.

Destaques:

- As projecções do relatório sobre o envelhecimento demográfico relativas às despesas de saúde mostram que o envelhecimento da população exercerá uma pressão ascendente sobre as finanças públicas na UE;
- Simultaneamente, as tendências demográficas reduzirão a base financeira dos sistemas de saúde da UE;
- Para atenuar estes efeitos, podem ser aplicadas reformas estruturais acompanhadas de investimentos bem orientados;
- As reformas e os investimentos são apoiados pelo financiamento da UE, incluindo o Mecanismo de Recuperação e Resiliência e outros instrumentos da UE;
- O novo quadro de governação económica, ao permitir um ajustamento orçamental mais gradual para os Estados-Membros contra o compromisso de executar reformas e investimentos, também proporciona incentivos à reforma.



Economic and Financial Affairs

The Impact of Ageing on the Fiscal Sustainability of EU Health Care Systems

Projections and Policy Responses

Boriana Goranova and Santiago Calvo Ramos



EUROPEAN ECONOMY

ECONOMIC BRIEF 088 | JANUARY 2026



BOLETIM DE CONJUNTURA

Fevereiro 2026